

A relação público-privada em museus de Ciência: Uma análise preliminar no Museu da Vida

The public-private relation in the museums of Science: A preliminary analysis in the Museum of Life.

Autor1: Marcus Soares

Emil: marcussoares6@gmail.com

Autor2: Adrielly Ribas

Email: ribasadrielly@gmail.com

Resumo

Esse trabalho objetiva investigar a relação público e privada, assim como a produção de possíveis discursos de setores privados inseridos em espaços públicos de promoção a ciência. Possui como objeto de estudo a exposição Aedes e o Ciência Móvel – Arte e Ciências sobre rodas do Museu da Vida e seu aporte financeiro por meio de patrocinadores, e para entendermos como ocorre esta relação entre os dois setores lançaremos mão de entrevistas com os responsáveis pelo desenvolvimento do projeto e da sua curadoria.

Relação público- privado, Museus de Ciências, Educação em Museus.

Abstract

This article investigates the relationship between public and private, as well as the production of discourses private sectors inserted in public spaces of promotion to science. It has as object of study the Aedes exhibition and the Mobile Science - Art and Sciences on wheels of the Museum of Life and its financial contribution through sponsors. In order to understand how the relationship between the two sectors occurs, we will use interviews with those directly responsible for development of the project and exhibition curators.

Public-private relations, Museums of Sciences, Education in Museums.

Introdução

Esse trabalho tem como objetivo investigar a relação público e privado, assim como a produção de possíveis discursos de setores privados inseridos em espaços públicos de promoção a ciência. Problematizaremos o caso do Museu da Vida, da Fundação Oswaldo Cruz, tendo como exemplos para esta discussão a exposição Aedes e o Ciência Móvel – Arte e Ciências sobre rodas. O estudo buscará analisar como se dá as

relações com os patrocinadores e as interferências destes na agenda dos setores do museu que recebem o recurso financeiro.

De acordo com Pinheiro (1996), ao abordarmos a relação público privada é necessário também fazermos uma reflexão sobre a precisão conceitual dessas duas categorias. Para a autora, é justamente a ambiguidade conceitual que torna a fronteira entre estes dois setores sociais em uma forte ferramenta de disputa cultural, social e econômica. Perante a ampla significação que as categorias público e privado denotam é importante frisar, que neste trabalho iremos nos ater ao conceito de público, enquanto ação e aparato estatal para o bem coletivo e o conceito de privado, enquanto o conjunto da atividade econômica que não está controlada pelo estado para o benefício de grupo particular.

No Brasil, assim como em outros países considerados em desenvolvimento, a relação entre o público e o privado, na área da educação, é carregada de embates e tensões. Cada vez mais organizações privadas aumentam seus domínios nos entes públicos, assessorando, redefinindo e estabelecendo novas diretrizes para educação brasileira. Segundo Allan Kenji (2018), a maneira como gigantes do setor privado da educação tem atuado no Brasil nos dias atuais, *são forças sociais concentradas com tamanha inserção em outros setores da economia brasileira que têm a capacidade de impor as políticas no âmbito do Estado. É o que a gente chama de se fazer Estado*, (p.5).

Na educação básica grandes corporações de âmbito privado têm se inserido cada vez mais e modificado estrategicamente o sentido de educar neste nível de ensino, influenciando e fomentando reformas estruturais no ensino, no currículo e nos materiais didáticos oferecidos. Ou seja, estas instituições “se fazem de estado” impondo sentidos e finalidades de seus interesses na formação dos alunos da educação básica.

Diante do exposto acima, gostaríamos de problematizar como se dá esta relação em outros espaços educativos, tais como os museus de ciências. Não temos a intenção de esgotar o debate e muito menos fazer generalizações, mas sim problematizar de que forma as agências patrocinadoras influenciam ou determinam o discurso das exposições ou as agendas do museu?

Os museus desempenham diferentes funções sociais tais como a educação, entretenimento, dar acesso à cultura entre outros. E estas funções são norteadas pelo tripé teórico estabelecido pela comunidade acadêmica museológica que são a salvaguarda, a pesquisa e a comunicação. No entanto, para manter estas funções base teórica em pleno funcionamento nos museus, é necessário um aporte financeiro considerável.

Durante a década de 90, no Brasil, uma das maneiras de garantir os recursos na área da cultura foi por meio das Leis de incentivo fiscal, em âmbito municipal, estadual ou federal. A mais conhecida é a Lei Rouanet, regulamentada pelo Decreto – Lei nº 1.494, de maio de 1995. Estes recursos são considerados não orçamentários, isto é, que não transitam pelo orçamento governo federal e sim por doadores ou patrocinadores que, podem aplicar parte do imposto de renda devido em ações culturais. Essas leis de incentivo à Cultura operam dentro desta lógica das relações entre a esfera pública com setor privado.

Estes recursos oriundos de empresas privadas, via leis de incentivo fiscal tem dado fôlego as ações culturais no Brasil e mais particularmente, na sobrevivência e manutenção de diversos museus brasileiros. Em muitos casos, esse patrocínio ou mecenato, não interfere diretamente nas agendas culturais, educativas ou de pesquisa de museus que recebem o aporte financeiro. No entanto, há situações em que os patrocinadores interveem

pontualmente nas atividades dos museus, tal como apontado por Quintanilha (2016), e por Veloso e Andrade (2016).

No sentido, de buscar responder à questão principal deste trabalho, iremos então problematizar como se dá esta relação entre o público e o privado, num contexto de financiamento, por meio de lei de incentivo fiscal, a um museu de ciências do estado do Rio de Janeiro. Iremos ter como objeto de pesquisa deste trabalho o museu itinerante do Museu da Vida, conhecido como Ciência Móvel: Arte e Ciências sobre rodas e a exposição Aedes, também do Museu da Vida.

A escolha por este museu se deu pelo fato dos autores deste trabalho identificarem em recentes trabalhos (FERREIRA et al, 2012, DAMICO et al, 2017) que o “Ciência Móvel – Vida e Saúde para todos”, do Museu da Vida, tem sido contemplado com recursos oriundos da iniciativa privada, via lei de incentivo à cultura (Lei Rouanet), configurando assim, um bom exemplo do estabelecimento de parceria público-privada em museus de ciências no estado do Rio de Janeiro. Ao consultar o site do mesmo museu em busca de maiores informações, vimos que o próprio museu, também, conta com recursos da iniciativa privada para desenvolver suas ações educativas, como a exposição Aedes.

O caso do Museu da Vida

O Museu da Vida – MV é um museu de ciências de cunho interativo e que situa-se no campus da Fundação Oswaldo Cruz/Fiocruz. O MV foi criado no ano de 1999 e possui cinco espaços distintos de visitação, além de possuir, também, um setor especializado na itinerância de exposições. Uma das ações exitosas do MV no âmbito da itinerância é o “Ciência Móvel: arte e ciências sobre rodas”. Entretanto, como manter um museu itinerante é custoso, este setor do museu capta recursos via renúncia fiscal (Lei Rouanet), deixando clara uma relação entre o público e o privado no Museu da Vida. O CM teve três projetos de captação aprovados, somando um total de 11 patrocinadores e um aporte financeiro de aproximadamente 4 milhões de reais ao longo destes anos. Atualmente, o próprio Museu da Vida, pelo terceiro ano consecutivo, tem projetos de captação via Lei Rouanet e lei municipal de incentivo à cultura (Lei ISS). No ano de 2018, o MV contou com 11 patrocinadores e um montante de recursos de aproximadamente de R\$ 1,8 milhões, oriundos da Lei Rouanet e da Lei do ISS.

Em 2007, quando houve o primeiro projeto de captação aprovado junto ao MinC, o escritório de captação da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, conseguiu patrocínio de quatro empresas. Destas quatro empresas, duas condicionaram o patrocínio a produção de exposições específicas que lhe eram de interesse. Segundo estudo feito por Quintanilha (2016), uma destas exposições teve interferência direta do patrocinador, definindo ainda que aspectos eram importantes fazerem parte do discurso expositivo final.

No entanto, como se dá, atualmente, a relação dos patrocinadores com os setores do museu e com o próprio museu? Como estas empresas da iniciativa privada atuam nas agendas de itinerância das exposições ou mesmo na elaboração de novas atividades educativas no museu?

Metodologia

Para responder tal pergunta e pensar a produção de possíveis discursos de setores privados inseridos em espaços públicos de promoção a ciência e, para entendermos como ocorre esta produção, os autores deste trabalho optaram por realizar entrevistas com a

coordenadora do Ciência Móvel e com os curadores da exposição Aedes, além de analisar o memorial descritivo da exposição, que assim como o CM, recebeu investimento do setor privado para sua elaboração e montagem.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas composta por oito perguntas¹, gravadas em áudio e posteriormente transcritas. Elas tiveram duração de aproximadamente vinte minutos e tinham o intuito de entender como se configura a relação público privado no Museu da Vida.

Alguns Resultados

Os achados de campo, apontam que as construções das parcerias público privada no caso do Museu da Vida, em especial a exposição Aedes e o Ciência Móvel – Arte e Ciências sobre rodas, ocorrem a partir da relação de três aspectos: econômicos, legais e políticos, resultando na interferência das relações de trabalho, na linguagem expositiva e no itinerário das exposições.

Segundo o depoimento de um dos curadores da exposição Aedes, não houve interferência do patrocinador no conteúdo da exposição, mas diz que, no entanto, os curadores tiveram que atender a demanda de referenciar bibliograficamente todos os textos, imagens e pesquisas, na nova versão². No depoimento do curador 1, pode-se verificar aspectos delicados numa parceria público privada, onde tensões são geradas e desconstruídas no processo de elaboração de uma exposição.

Nós da Divulgação Científica temos uma especificidade, temos maneiras de fazer exposições, por exemplo que não é igual a você fazer um artigo científico. Quando eu faço uma exposição eu tô pegando uma série de artigos científicos, uma série de conhecimentos científicos e tô procurando traduzir para uma linguagem mais adequada para o público que vai ter acesso aquela exposição. Então não tem sentido, por exemplo, fazer indexação de uma certa coisa que eu estou falando, colocar lá um numerozinho, colocar a referência no próprio texto da exposição e que isso era uma coisa que estava sendo exigida pela nova equipe da indústria farmacêutica, e a gente tentou convencê-los que isso não era possível, que não era necessário, mas eles quiseram assim, do contrário não haveria exposição. Foi bem assim. Então, eu por exemplo, eu sofri uma tensão, eu tive que fazer todo o texto e referenciá-lo todo. (Curador 1 - exposição Aedes).

Fica claro na fala do curador 1, que há aspectos delicados nesta relação, pois existem especificidades no campo de conhecimento da Divulgação Científica, onde o

¹ 1. Como se deu seu envolvimento com a exposição ou atividade educativa? 2. Por quê o tema da exposição ou atividade educativa foi escolhido? 3. Aspectos sociais e/ou políticos influenciaram a criação da exposição? Qual ou quais? 4. Como foram obtidos recursos financeiros para sua criação? 4a. Qual a origem dos recursos? 4b. Caso tenha tido financiador externo, qual a autonomia do financiador sobre decisões que afetem o produto final? 4c. De que maneira o financiador interferiu na exposição ou na agenda de itinerância? Quem (pessoas/instituição) participou deste primeiro momento da concepção? 5. Quem determinou a escolha do conteúdo da exposição? 6. Por quê estes conteúdos foram escolhidos? 7. Como ocorreu a seleção de conteúdos abordados na exposição? 8. Quem participou desta seleção?

² A exposição teve duas versões. A primeira foi de 2014, com o nome de Dengue e, a segunda de 2016, chamada de Aedes que aborda o tema das arboviroses.

Museu da Vida se insere, e que não é considerado pelos profissionais de determinados setores da indústria farmacêutica, patrocinadora da exposição. Apesar dos curadores da Aedes afirmarem que o conteúdo da exposição foi de total responsabilidade deles, houve momentos em que ocorreu tentativas, por parte da patrocinadora, de supressão de conteúdo (relacionado à história da produção de vacinas), gerando mais tensões na relação entre as instituições. Estas tensões se expressaram de diferentes maneiras e em diferentes situações.

As leis de fomento possuem como contrapartida para as empresas a vinculação das suas marcas em ações públicas de incentivo à cultura ou a isenção de alguns encargos fiscais. Entretanto, em entrevista com a coordenadora do setor responsável em realizar a itinerância de exposições, ela aponta também que na relação com os integrantes das parcerias de incentivo, estes se comportaram, muitas vezes, como superiores hierárquicos dos funcionários do Museu da Vida e os consideravam semelhantes a seus prestadores de serviço. De acordo com Alice³, houve tensionamentos decorrentes desta relação equivocada por parte dos patrocinadores e, conseqüentemente, a necessidade de estabelecer limites nessa interação e na forma como os trabalhos estavam sendo conduzidos. Esta relação conflituosa aparece, também, no depoimento de um dos curadores da exposição Aedes:

Até o ponto em um momento e chegar e falar com uma certa pessoa dessa equipe aí da patrocinadora, eu virei para ela e “olha, eu não sou seu funcionário, eu sou funcionário federal, eu tô fazendo a coisa mais rápido possível para poder colocar aí no sistema de aprovação de vocês, mas eu tenho meu tempo”... Eu me senti pressionado de uma maneira como se eu fosse um empregado da patrocinadora. (Curador 1 - exposição Aedes).

Alice afirma ainda que dentre a interferências privadas no projeto estavam a requisição de modelos temáticos novos que atenderiam a interesses dos patrocinadores. Além desta exigência que está relacionada a questões específicas da seleção de conteúdo, houve exigências no que tange a seleção de cidades específicas para o itinerário da exposição, situação considerada natural neste tipo de negociação. Porém, segundo Alice, muitas desses roteiros estabelecidos pela patrocinadora, não atendiam aos interesses da população local de maneira eficiente, seja devido a cidade não possuir estrutura e orçamento para receber a exposição ou por ser uma região que já tinham aparatos de divulgação científicas sobre o tema.

Considerações finais

Não é possível esgotar a discussão do tema proposto, porém é importante desvelar essas relações entre o público e o privado dentro dos museus. Algumas evidências levantadas por meio desta pesquisa, apontam para um certo nível de inserção de interesses e agendas corporativas em exposições do Museu da Vida. Nesse sentido, problematizar essas intervenções nos ajuda a revelar as paulatinas apropriações particularista no Estado. Há o risco de que os interesses restritos de uma classe ou fração desta se afirmem como interesse de todos, legitimando e naturalizando a apropriação privada do espaço público. (LAMOSA, 2014)

Esta forma de apropriação possibilita a abertura de portas para que empresas privadas iniciem uma irrupção nos museus públicos brasileiros ou mesmo na própria

³ O nome foi alterado para garantir o anonimato da entrevistada.

agência, definindo até mesmo os rumos das políticas públicas para este setor. Levando em consideração o sentido de público exposto neste trabalho, a interferência e inclusão de agendas das grandes corporações nas ações educativas dos museus, significa uma paulatina modificação dessa esfera social. Para Canclini (apud VELOSO e ANDRADE, 2016) *o Brasil e a América Latina apresentam tendências contemporâneas de privatização dos museus e de utilização das instituições culturais como vitrines das grandes empresas responsáveis pelo seu patrocínio.*

Nesse sentido, a abertura na entrada de capital privado em museus públicos pode se tornar um grande risco para o futuro destas instituições, visto que ao se incorporarem das agendas dos museus de ciências, as empresas privadas passam a “se fazer de estado” e ditar a forma como estas instituições culturais se relacionam com seus visitantes. Os aspectos que estão relacionados ao compartilhamento de saberes e diálogo com o público que frequenta os museus de ciências podem ser afetados e, conseqüentemente, interferir diretamente na democratização do conhecimento e na maneira em que este é exposto.

Agradecimentos

Agradecemos aos profissionais do Museu da Vida que nos concederam as entrevistas e pelo apoio dado pela CAPES e pelo CNPq na produção deste trabalho.

Bibliografia:

DAMICO, J. S. et al. Viajando com o Ciência Móvel. In: MANO, S.; DAMICO, J. S. (Orgs.) **Viajando com o Ciência Móvel. Cadernos Museu da Vida**, 1ª. Ed., n. 6, Rio de Janeiro: Fiocruz, Casa de Oswaldo Cruz, Museu da Vida, 2017.

FERREIRA, José Ribamar; BEVILAQUA, Diego; SOARES, Marcus; GOMES, Isabel; FANDI, Jordete, DAMICO, Sérgio, MANO, Sonia. Perfil e opinião dos visitantes do Ciência Móvel – Vida e Saúde para todos. **Tempo Brasileiro**, v. 188, p.125-138, jan-mar, 2012.

KENJI, Allan. **Em termos de educação pública nunca experimentamos um inimigo com uma força social tão concentrada como esse.** Entrevista concedida à Andre Antunes em 27/04/2018, às 8h54min.. Atualizada em 11/05/2018. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/entrevista/em-termos-de-educacao-publica-nunca-experimentamos-uminimigo-com-uma-forca>.

QUINTANILHA, Isaclaudia Gomes de Azevedo. **O processo de produção do discurso expositivo e seleção de conteúdos em uma exposição de um museu de ciências itinerante.** Monografia (Licenciatura em Ciências Biológicas). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, 2016.

VELOSO, Clarissa dos Santos; ANDRADE, Luciana Teixeira de Andrade. Museus Público-Privados e espetacularização da cultura: Limites e Tensões. **Dossiê Capitalismo Cultural: Arquivos do CMD**. Volume 4, n.2. Jul/Dez 2016.